

1 **ATA DA 16ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **03/08/2020 (segunda-feira), de 14:30h às 18:40, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 03/08/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Nelson Reis
7 (CBH Guandu), Paulo de Tarso Pimenta (CBH Guandu), José Arimathéa Oliveira (CBH
8 MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), Lício
9 de Sá Freire (CBH R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras) e João Gomes (CBH
10 BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha) e Julio Cesar Antunes (CBH
11 Guandu) e a equipe: Roberta Abreu (AGEVAP), Tamires Souza (AGEVAP) e Larah
12 Emediato Ribeiro (AGEVAP).

13 **Item 1. Abertura:**

14 Na ausência dos coordenadores, a assembleia foi iniciada por **Lício**, que deu boas-
15 vindas aos presentes e seguiu para a pauta da reunião.

16 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

17 A pauta foi projetada no chat da reunião para a leitura de todos os presentes e **Lício**
18 perguntou se havia alguma colocação. Não havendo manifestações contrárias, a pauta
19 foi aprovada.

20 **Item 4. Aprovação da ata da Reunião dia 17/04/2020;**

21 **Lício** comentou a alteração solicitada por **Maria Inês** para a ata da reunião do dia
22 14/07/2020, questionando se ela havia sido realizada. **Roberta** informou que ainda não
23 havia analisado a gravação da reunião mencionada, mas que sua aprovação retornaria
24 na reunião subsequente. Quanto a aprovação da ata do dia 17/04/2020, informou que
25 não houve nenhuma contribuição. Não havendo nenhuma solicitação de alteração, a
26 ata foi aprovada.

27 **Item 5. Discussão do documento elaborado pelo Comitê Piabanha sobre a relação**
28 **dos Comitês de Bacias Hidrográficas com o novo marco regulatório do**
29 **saneamento básico e o processo de privatização da CEDAE no Rio de Janeiro;**

30 **Roberta** informou que **Luís Eduardo** encaminhou dois materiais no grupo de whatsapp
31 do FFCBH, o documento original do CBH Piabanha e um documento com suas
32 considerações. Foi projetado para leitura o documento já com as considerações
33 propostas.

34 **Rafaela** comentou que essas considerações feitas no documento original não estão de
35 acordo com o que ela acreditava que deveria estar contido no documento. Disse que
36 seria legal se os comitês fossem consultados para a construção de um novo marco
37 legal, mas que quem deveria ser consultado nessa esfera é o Conselho e o Fórum
38 nacional, enquanto os comitês deveriam ser consultados em assuntos como a
39 concessão da CEDAE, que é de interesse direto.

40 **Lícius** lembrou que a ideia era utilizar esse documento do Piabanha, ainda que não
41 estivesse pronto, como base para apoiar e direcionar a posição do FFCBH na consulta
42 pública que aconteceria no dia 04/08/2020.

43 **Maria Inês** disse que o diretório colegiado do CBH Macaé Ostras fez uma apreciação
44 do documento original e não tiveram nenhuma consideração contrária, afirmando que
45 o documento foi extremamente bem construído.

46 **Rafaela** propôs que as considerações de **Luís Eduardo** fossem lidos ao final da leitura
47 do texto base para ver onde eles se encaixam, já que o documento foi construído para
48 tratar da concessão da CEDAE e não do Marco Legal. Iniciou a leitura do documento
49 original para os demais.

50 **José Arimathéa** questionou se havia sido apresentada a ideia de algum diálogo com
51 os municípios nesse processo. **Rafaela** disse não saber, pois os municípios haviam
52 sido coagidos a aderir a concessão, já que alguns já possuíam licitações prontas para
53 colocar edital na rua e tiveram que paralisar seus processos.

54 **José Arimathéa** sugeriu que fosse perguntado qual havia sido essa forma de diálogo
55 com os municípios. Comentou o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Volta
56 Redonda, que é eficiente e está em quase 40% de esgoto tratado, dizendo que há um
57 distrito de Barra do Piraí que é atendido pelo SAAE, enquanto o restante do município
58 é atendido pela CEDAE. Questionou até que ponto isso foi proposto formalmente no
59 estudo que o município de Barra do Piraí seja atendido totalmente pela CEDAE,
60 inclusive esse distrito. Comentou também que o município de Pinheiral também é
61 atendido pela CEDAE e que se a população fosse consultada sobre ser atendida pela
62 CEDAE privatizada ou pelo SAAE de Volta Redonda, não havia dúvidas que
63 escolheriam a segunda opção. Opinou que era razoável que o serviço de Volta
64 Redonda possa atender o município de Pinheiral e esse distrito de Barra do Piraí, que
65 já é atendido hoje.

66 **Paulo de Tarso** recomendou que **Arimathéa** não levasse em conta se houve ou não o
67 contato aos municípios, mas sim colocar a recomendação, utilizando a experiência
68 como prefeito e o conhecimento do município, do que seria uma boa proposta para isso.

69 **Maria Inês** sugeriu que houvesse a complementação no texto, solicitando o
70 apontamento das metodologias que foram empregadas no necessário diálogo com
71 cada município envolvido.

72 **Rafaela** complementou que ao final deveria haver algumas recomendações para ficar
73 mais incisivo. Continuou a leitura do documento, no tópico que se tratava da
74 participação local na elaboração dos estudos dos projetos.

75 **José Arimathéa** disse que esse item deveria ser mais valorizado, uma vez que os
76 comitês foram financiadores dos planos municipais de saneamento básico na região do
77 Paraíba.

78 **Paulo de Tarso** comentou que o trecho no documento fere a vontade de prefeitos, visto
79 que plano municipal é tutela da prefeitura e questionou **Arimathéa** se, em sua visão da
80 época de prefeito, ele se sentiria ofendido com a proposta de um plano que se sobrepõe
81 ao plano municipal.

82 **José Arimathéa** comentou que a maioria dos prefeitos que fizeram os planos não estão
83 nos mandatos atualmente, que as prefeituras não empoderaram dos planos municipais
84 e que acredita que a maioria dos prefeitos não se importam com toda essa discussão.
85 Disse que percebe a falta de movimentação desse tema, já que é mais fácil
86 responsabilizar a CEDAE, por exemplo, do que tomar para si a representação das
87 reclamações da população. Disse que quando foram feitos os planos municipais,
88 Pinheiral recebeu um elogio por conta do envolvimento da população nessa construção
89 e que se horrorizou ao receber esse elogio, já que pessoalmente ficou insatisfeito com
90 esse envolvimento, o que significa que nos demais municípios foi ainda pior. Afirmou
91 que o plano é uma obrigação legal e que seria ilegal que uma nova CEDAE, por
92 exemplo, realizar uma ação diferente do plano. Concluiu que a empresa deve se
93 subordinar ao plano do município atuante e opinou que era claro que isso não havia
94 sido realizado no estudo.

95 **Paulo de Tarso** comentou que no Instituto Rio-Metrópole foi criado um grupo de
96 trabalho para acompanhar o plano de saneamento metropolitano e que essa havia sido
97 a argumentação que ele utilizou, já que estavam fazendo um plano de saneamento sem
98 conversar com os comitês de bacia e com os municípios.

99 **Maria Inês** complementou que nos municípios da RH-VIII os prefeitos tem agradecido
100 a atuação do comitê, já que estão destinando recursos e estratégias de mobilização
101 para que as audiências públicas sejam realmente representativas com a população dos
102 municípios.

103 **Paulo de Tarso** comentou que há diferença entre ficarem agradecidos pelos comitês
104 realizarem um plano de saneamento que é obrigação do município e o almejado que é
105 o respeito e efetiva participação no Plano de Bacia.

106 **José Arimthéa** completou que no CBH MPS já haviam recebido solicitação de ajuda
107 financeira para fazer a reavaliação de planos e que, nesse momento, foi negado, já que
108 entendem que o plano está feito e o município deveria assumir as responsabilidades
109 sobre ele.

110 **Paulo de Tarso** comentou que no CBH Guandu se tem avaliado o que se foi avançado
111 nas metas a fim de verificar se o primeiro investimento realizado pelo comitê está
112 valendo. Disse que há casos em que não houve nenhum avanço, havendo até mesmo
113 retrocesso nas metas.

114 **José Arimathéa** solicitou que fosse incluído o sub item “Articulação com os planos
115 municipais de saneamento básico e comprometimento com a sua aplicação efetiva”,
116 ditando o texto a ser inserido, conforme discutido durante a reunião.

117 **Rafaela** retomou a leitura do documento, contemplando o tópico sobre a Articulação
118 com a política de recursos hídricos e observância dos planos de bacia e do
119 enquadramento dos corpos d’água. Algumas pequenas correções foram feitas sem
120 alterar significado do texto.

121 **Maria Inês** perguntou se quando se fala de não caber o ônus da responsabilidade na
122 manutenção das infraestruturas de drenagens pluviais ao município, não seria uma
123 questão de cláusula contratual. **Rafaela** disse que a intenção é justamente indicar que
124 o ônus não deve ser do município, mas sim da concessionária. Disse que caso venha
125 a utilizar a drenagem como caminho para transporte dos esgotos sanitários até as
126 ETE’s, deve cumprir com a manutenção dessas tubulações e, caso transforme o seu
127 serviço em separador absoluto, a manutenção volta para a prefeitura.

128 **José Arimathéa** sugeriu alterar o texto, ressaltando que o ônus não seria do município
129 enquanto essas infraestruturas também fossem utilizadas no transporte do esgoto
130 sanitário. Comentou também que o ideal era que, se o serviço for remunicipalizado, a
131 empresa deveria reembolsar a prefeitura ou devolver as redes da forma que elas foram
132 encontradas.

133 No tópico sobre a implantação de estruturas de captação de esgotos em tempo seco,
134 **José Arimathéa** comentou que os investimentos iniciais serem destinados
135 exclusivamente à implantação dos coletores de tempo seco, sem nenhum avanço no
136 sentido de se iniciar a implantação de um sistema separador absoluto é inadmissível,

137 em especial nas áreas que impactam o sistema de capacitação e abastecimento do
138 Guandu. Sugeriu que houvesse alteração no texto reforçando esse ponto.

139 **Paulo de Tarso** sugeriu que fosse feita outra construção, retirando o trecho que
140 contempla o Guandu, visto que essa afirmação poderia ser rebatida com a barragem
141 na qual pretendem fazer um by-pass.

142 **Rafaela** sugeriu que fosse feito um outro parágrafo ressaltando que os municípios a
143 montante da captação do Guandu necessitam de uma solução definitiva o mais breve
144 possível.

145 **Júlio** colocou que já implantar uma solução definitiva, faria com que o custo fosse
146 menor, já que não seria feito duas vezes, e seria uma solução mais correta em termos
147 de engenharia. Disse que embora seja um processo caro e lento, tudo que fosse
148 implantado já seria uma solução com continuidade e, se fizerem soluções diferenciadas
149 correriam o risco de “o provisório virar definitivo”.

150 **Lícius** comentou que essa proposta completa a de **Paulo de Tarso**, visto que é mais
151 difícil de refutar, principalmente ao se tratar do âmbito econômico.

152 **José Arimathéa** sugeriu que no parágrafo sugerido fosse feito um link dessa urgência
153 com a questão de segurança hídrica do estado. Além da necessidade de um
154 investimento único, definitivo e mais eficiente ambientalmente falando, teria uma grande
155 importância estratégica no plano de segurança hídrica do estado.

156 **Rafaela** sugeriu a inclusão de outro parágrafo, ressaltando que o estado do Rio de
157 Janeiro, em grande parte dos seus municípios, vem sofrendo com dificuldades nas duas
158 faces da gestão de recursos hídricos: a diminuição da quantidade e qualidade da água
159 que implica na falta de segurança hídrica para a população e por outro lado os
160 problemas das frequentes inundações pelo sistema de drenagem inadequado.

161 Foi realizada a leitura do tópico de Estudos técnicos e planejamento para a
162 universalização do abastecimento de água e esgoto sanitário e **Rafaela** e **José**
163 **Arimathéa** sugeriram que inserisse um parágrafo ao final do texto recomendando que

164 seja feito o detalhamento das referidas ações, levando em conta a necessidade de
165 definição da evolução dos investimentos e a descrição de como serão
166 operacionalizados.

167 Na leitura do tópico de Controle social e participação dos comitês de bacia no comitê
168 de monitoramento, **Maria Inês** comentou que teria que verificar não só o cumprimento
169 das metas por parte das cláusulas do contrato da concessionária, mas também do
170 poder público concedente. A sugestão de alterar o texto incluindo o poder público foi
171 acatada.

172 **Luís Eduardo** disse que a metodologia utilizada foi claramente equivocada e que nas
173 mesas redondas, que ele e **Rafaela** haviam indicado aos membros do FFCBH
174 anteriormente, o próprio MPE questionou esse documento pois não teve a participação
175 dos CBHs. Comentou que o documento que está servindo de base ainda está em fase
176 de elaboração no CBH Piabanha, não tendo ainda uma discussão e conclusão formal
177 dentro do comitê e sugeriu que se apropriassem dessas duas palestras citadas antes
178 de julgar o documento. Afirmou que o texto está frágil por ter se baseado nos dados do
179 SNIS, que não são corretos e por não ter consultado os CBHs e a parte ambiental do
180 MPE. Mencionou Wagner Ribeiro, professor da USP que fez parte do CBH Tietê, que
181 afirma que há uma tendência mundial de remunicipalização das concessões e que o
182 número de concessões que foram feitas privadas no mundo são 14%, ou seja, 86 %
183 são empresas públicas. Com base nisso, sugeriu que quanto Fórum se discuta de forma
184 consistente todos os ângulos da situação, não adiantando tentar consertar algo que já
185 iniciou ruim. Reforçou que os CBHs deveriam ter sido consultados e que deveriam bater
186 de frente nesse ponto.

187 **José Arimathéa** disse que entende o posicionamento, mas que o Fórum não seguir
188 um caminho de construir um documento que seja crítico ao processo, corre o risco de
189 ficar no vazio. Concordou que a crítica seria mais incisiva e direta se houvesse essas
190 informações, mas que como alguns não tiveram a condição de realizar esse estudo,
191 era mais vantajoso ter algum documento formado, mesmo que ainda em construção.

192 **Luís Eduardo** disse se preocupar que o FFCBH formalize um documento que fique
193 frágil diante do MPE, já que eles estão colocando questões que o Fórum não está
194 abordando e se manifestando mais veemente.

195 **Rafaela** sugeriu que fosse incluído ao final do documento que, embora o FFCBH não
196 concorde com o documento feito, solicitam a participação dos CBHs. Afirmou que o
197 mais importante é o peso da soma de todas as forças contrárias a esse processo e que
198 não enviar documento algum é um pecado que o FFCBH não pode cometer.

199 **José Arimathéa** afirmou que esse é um documento possível de ser entregue e
200 protocolado. Disse que se preocupa que se tenha crítica com embasamento e que,
201 tendo esse documento como base possa vir a agregar ao longo do tempo contribuições
202 mais técnicas-científicas.

203 **Luís Eduardo** disse que se o objetivo é o saneamento, ele deveria ser tratado
204 integralmente, não só a drenagem do esgoto, mas de toda a drenagem do município,
205 que deve ser cobrada da população, assim como o resíduo sólido urbano. Afirmou que
206 se o governo pretende acabar com o problema de saneamento dando prazos e metas
207 para isso, não deve deixar de fora a drenagem e o resíduo sólido.

208 **Rafaela** comentou que quanto a drenagem pode ser feita uma observação ao fim do
209 documento dizendo que esta deveria ser incorporada ao contrato da concessão, seja
210 ela pública ou privada, mas que os resíduos sólidos tem uma logística diferente de
211 água, esgoto e drenagem. Disse que seria bom que a concessionária de saneamento
212 englobasse os quatro eixos, mas que não sabia se valia pena misturar pois o
213 abastecimento de água e a coleta de resíduos sólidos são preponderantes para um
214 município enquanto a drenagem e a coleta e tratamento de esgoto possuem um peso
215 diferenciado, tendo o resíduos sólidos uma demanda de esforços muito mais altas que
216 os demais eixos.

217 **José Arimathéa e Rafaela** sugeriram alterações no texto, incluindo a necessidade de
218 garantia de representação legal do segmento dos usuários, do poder público e
219 sociedade civil de cada CBH na composição do comitê de monitoramento. Foi incluído

220 um trecho indicando a fragilidade na composição do comitê de monitoramento que não
221 permite o efetivo controle social necessário à garantia do direito básico ao acesso de
222 água e tratamento de esgoto e que, da forma apresentado, não garante a
223 representação de todos os municípios, não qualifica os representantes dos demais
224 seguimentos e não cria os vínculos de poder e de interferência no agente regulador.

225 Não houve contribuições que alterasse o contexto do tópico de Adesão dos municípios
226 aos blocos de prestação regionalizada como condição para o acesso a recursos e
227 retornou-se a leitura do início do documento a fim de alterar a redação e adequar ao
228 Fórum Fluminense o que antes referenciava o CBH Piabanha.

229 Baseando-se nas considerações feitas anteriormente ao documento por **Luís Eduardo**,
230 foi incluído ao texto os “considerandos”: Que a água é um bem de domínio público, um
231 direito humano fundamental para vida e para saúde; Que a coleta e o tratamento de
232 esgoto são um direito humano e a eficácia deste tratamento impacta diretamente a
233 qualidade das águas; Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030
234 da ONU, da qual o Brasil é signatário e que entre esses objetivos está a universalização
235 do acesso a água segura e ao saneamento adequado; Que a Política Nacional e
236 Estadual de Recursos Hídricos, em seu Art. 38 da Lei nº 9.433/1997, estabelece que
237 aos comitês de bacias hidrográficas compete promover o debate das questões
238 relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes e
239 arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos
240 hídricos; Que são os comitês de bacia hidrográfica os entes integrantes do sistema de
241 gestão dos recursos hídricos e que, no estado do Rio de Janeiro, estes entendem como
242 crítica a segurança hídrica, com regiões hidrográficas já com estresse hídrico; Que em
243 muitos locais as concessões privadas foram retomadas por terem seus serviços
244 considerados ineficientes ou por seus contratos não estarem de acordo com os
245 interesses dos municípios concedentes; Que a lógica empresarial capitalista visa à
246 maximização da distribuição de dividendos a seus acionistas, o que não
247 necessariamente será compatível com o atendimento a populações em situação de
248 vulnerabilidade socioeconômica e impedindo, conseqüentemente, a universalização do
249 acesso a água e ao saneamento; e Que a regionalização proposta pelo Novo Marco

250 Regulatório do Saneamento está em desconformidade com o previsto na Constituição
251 Federal de 1988, que atribui aos municípios a titularidade dos serviços de saneamento.

252 **Rafaela** solicitou que o documento fosse revisado pela secretaria executiva para corrigir
253 eventuais termos e erros de digitação e que fosse enviado posteriormente a **José**
254 **Arimathéa**.

255 Não havendo nenhuma manifestação de discordância com a redação do texto e ele foi
256 dado como aprovado.

257 **Item 6. Assuntos Gerais;**

258 Na falta de Quórum no início da reunião **Lícius** solicitou espaço para realizar alguns
259 informes gerais.

260 **Lícius** comentou que tinha ficado como responsável de alguns encaminhamentos de
261 reuniões passadas. Disse que quanto a resolução da conta reserva, o FFCBH deveria
262 encaminhar um aviso ao CERHI-RJ que seis comitês têm resolução e a enviarão para
263 pedir a reunião emergencial já combinada para a criação dessa conta.
264 (Encaminhamento) Justificou a necessidade desse aviso, já que os comitês Guandu,
265 Macaé-Ostras e LSJ não possuem a resolução, não entrando nesse momento da
266 discussão e recomendou que os três comitês aprontassem suas resoluções para o
267 momento apropriado. Quanto ao encaminhamento de verificar a resposta sobre a
268 consulta ao jurídico do órgão gestor sobre a possibilidade de renovação do contrato de
269 gestão, **Lícius** disse que verificou que o prazo já se extinguiu, logo deveria perguntar e
270 pedir orientação a **Moema**, comentando que achava mais eficaz realizar uma ligação
271 do que enviar um ofício ou e-mail formal.

272 **Rafaela** comentou que a partir do momento que o INEA consultou a todos se havia
273 interesse de continuar com a delegatária e todos responderam positivamente, esse
274 prazo não contaria, uma vez que já houve resposta.

275 **Lícius** disse que acreditava que eles eram obrigados a perguntar para em caso de
276 negativa, mas que o setor da **Moema** que fez a pergunta, enquanto outro setor faria o

277 encaminhamento. Lembrou-se que **Moema** disse que iria consultar a repartição jurídica
278 e que o prazo de resposta já aconteceu, logo ela deveria possuir a resposta. Reforçou
279 que um dos presidentes deveria contatá-la para fazer esse questionamento.
280 (Encaminhamento)

281 **Lícius** comentou que outra pendência que havia ficado foi quanto ao repasse do INEA,
282 no qual o FFCBH havia contribuído para a redação de um decreto e que **Arimathéa**
283 ficou de conversar com **Diane** para saber desse andamento.

284 **Paulo de Tarso** comentou que **Diane** tentou contatá-lo, mas não conseguiu falar pois
285 ele estava em reunião, mas que falaria com ela posteriormente e já havia adiantado
286 que um dos assuntos se tratava dessa questão. Informou também que em reunião com
287 o Instituto Rio-Metrópole, **Zeca Borges**, do disque-denúncia se colocou à disposição a
288 ajudar os comitês, visto que possuía muitas denúncias a respeito de expansões
289 imobiliárias irregulares com esgoto a céu aberto ou direto nos rios, denúncias de desvio
290 de rios, entre outras, propondo um encontro para tratar desse assunto. Disse que
291 achava interessante que o FFCBH pegasse dessa dica e utilizasse essas informações.

292 **Nelson** disse que na reunião do GACG do CBH Guandu, **Moema** esteve presente com
293 sua equipe e passou um cenário ruim, visto que havia um mal entendimento do, até
294 então, presidente do INEA e que foi levantado se poderia ser feito um novo contrato ou
295 seguiriam com os aditivos. Informou que **Moema** se responsabilizou de trazer essa
296 resposta, mas na última semana, quando cobrou, ela se encontrava de férias e não
297 pode dar essa resposta. Comentou que acredita que o processo está tendendo para
298 que os contratos sejam aditivados por ser o procedimento mais fácil a ser adotado.

299 **Lícius** questionou se as denúncias recebidas por **Zeca Borges** eram apenas da região
300 metropolitana ou de todo o estado. **Paulo de Tarso** disse que as denúncias são em
301 relação a segurança no estado inteiro, mas que há uma concentração grande na região
302 do Guandu, havendo mais denúncias na região na qual as milícias atuam.

303 **Item 7. Encerramento.**

304 A reunião foi encerrada às 18:40. A presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro,
305 Estagiária do FFCBH e, depois de aprovada, será assinada pelos Coordenadores do
306 FFCBH.

307 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

308 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

309 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

310

311 **ENCAMINHAMENTOS:** planilha de encaminhamentos segue em anexo.